

**cR**

Centro  
de Referência  
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo  
do Centro de Referência Paulo Freire**

**[acervo.paulofreire.org](http://acervo.paulofreire.org)**



InstitutoPauloFreire

# Paulo Freire recebe título de cidadão de SP

**GRAZIELLA GUIDUGLI**

Da Reportagem Local

O pedagogo Paulo Regis Freire, 64, receberá amanhã o título de cidadão paulistano, que lhe será concedido em sessão extraordinária da Câmara Municipal de São Paulo, às 19h, no plenário "1º de Maio". O título, aprovado por unanimidade dos vereadores, foi iniciativa da líder da bancada do PT, vereadora Luiza Erundina, 51.

Paulo Freire publicou várias obras, com destaque para "Pedagogia do Oprimido", traduzida para dezoito idiomas. Exilou-se logo depois de 1964 e até 1975 ministrou cursos e seminários em diversas universidades no exterior. É doutor "honoris causa" pelas universidades Aberta de Londres (Grã-Bretanha), de Louvain (Bélgica), de Genebra (Suíça) e de Michigan (EUA). Atualmente, coordena seminários na Universidade de Massachusetts (EUA), é professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Paulo Freire continua defendendo os princípios que orientaram as experiências de alfabetização realizadas em 63, em Angicos, no Rio Grande do Norte, e em todo Brasil, posteriormente, até março de 64. O pedagogo, que é militante do PT, acha que mudaram as formas de organização das campanhas de alfabetização e vê como caminho mais eficiente para isso "a transformação social e política da sociedade".

A vereadora Luiza Erundina disse que a indicação de Paulo Freire para receber o título de cidadão paulistano significa "o reconhecimento da contribuição dele, na área da educação no Brasil e exterior, para o processo de consciência da população em relação aos seus direitos e à sua cidadania".

Folha — Como surgiu o que é conhecido como método Paulo Freire?

Paulo Freire — Em lugar de se falar em método, penso que é melhor falar em uma certa compreensão e em uma certa prática críticas da educação em que se inclui o momento da alfabetização. Diria que os trabalhos anteriores a isso, que me pareceu encontrar respostas a perguntas que eu vinha fazendo, levaram dez ou quinze anos. Começou a se falar do chamado método Paulo Freire exatamente depois de uma primeira experiência um pouco ampla, que se realizou em Angicos, no Rio Grande do Norte, em junho de 1963.

Folha — O que foi esta experiência?

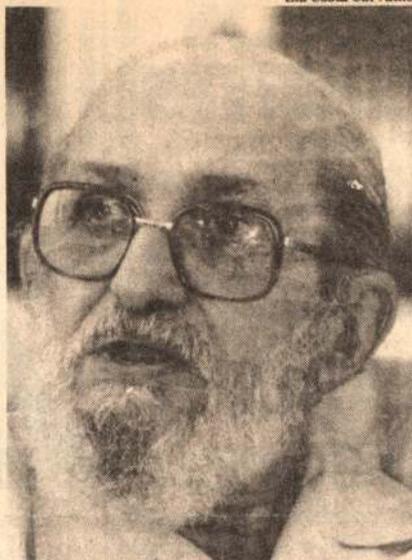
Freire — Foi um trabalho feito em colaboração com a Universidade do Recife (PE), a Secretaria da Educação e a Juventude Universitária. Este trabalho constou da alfabetização de umas trezentas pessoas e resultou no convite, em junho de 63, que tive do então ministro da Educação Paulo de Tarso Santos, no fim do governo João Goulart. Passamos alguns meses trabalhando em nível nacional com capacitação de quadros e na instalação de centros pelo Brasil.

Folha — O que significa para o senhor esta homenagem prestada pela Câmara dos Vereadores de São Paulo?

Freire — Uma homenagem como essa realmente me toca. Se me perguntarem se me sinto vaidoso, eu digo que não. Recebi uma homenagem da cidade do Rio de Janeiro em 81 ou 82. Isso me deixa contente, me deixa feliz.

Folha — Como o senhor vê os projetos pedagógicos que estão sendo implantados nas redes estaduais do Rio de Janeiro (Centro Integrado de Educação Popular - Ciep) e de São Paulo (Plano de Formação Integral Criança — Profic)?

Lia Costa Carvalho



Freire, pedagogo e membro do PT

Freire — Não tenho acompanhado de perto. Vejo o esforço do professor Darcy Ribeiro e o esforço aqui em São Paulo. Só não me aventuro a fazer análises concretas de ambos os trabalhos porque, na verdade, eu não estou próximo. É absolutamente necessário democratizar e deselitizar ao máximo a escola brasileira e melhorá-la do ponto de vista da qualidade de ensino, do ponto de vista da formação permanente do professorado e das condições materiais concretas que ajudem a prática educativa.

Folha — A quem cabe o papel de avaliar a universidade?

Freire — Não há prática que escape de uma avaliação e de uma programação. A natureza da prática implica a sua avaliação constante. A prática dentro da universidade (conhecimento do conhecimento existente, docente e pesquisadora) devem estar sendo avaliadas pelos próprios sujeitos (professores e alunos) dessa prática. A sociedade também deve avaliar. O tipo de experiência política que estamos tendo no país hoje não oferece condições para certos tipos de avaliações do trabalho docente e pesquisador na universidade, mas é preciso avaliar. A universidade não existe fora da sociedade, nem fora da história. Setores da sociedade teriam que dizer algo em torno da universidade. Nesse sentido eu acho que a classe trabalhadora pode fazer demandas em torno do papel da universidade como a classe dominante também faz.

Folha — Como vem sendo aplicado no Brasil o método Paulo Freire?

Freire — Mesmo durante os meus dezesseis anos de exílio foram desenvolvidos trabalhos. De vez em quando, sou comunicado sobre a prática de comunidades eclesiais de base e de áreas populares que têm desenvolvido suas práticas com êxito.

Folha — O senhor confirma os princípios que defendia em 1963?

Freire — É interessante observar que 1963 não é 1986. Não quero com isso dizer que os problemas que a minha geração enfrentou inexistam, pelo contrário, estão aí. Mas a forma de encarar-os historicamente, mudou. Por exemplo, o problema do analfabetismo continua no Brasil. A própria forma como os alfabetizados pedem a o possivelmente não seja a mesma. Isso não significa que as propostas que eu fiz em 63, do ponto de vista da metodologia do trabalho, devam ser novas hoje. Em 63 eu insistia que a organização do programa para alfabetização devia se basear numa pesquisa que nos desse o que eu chamava de universo vocabular mínimo da área. Da análise das palavras nas sentenças necessariamente emergiriam certos assuntos fundamentais, que eu chamava de temas geradores. Havia e há uma relação entre palavra geradora e temática geradora. O trabalho realizado, agora não poderia, nem deveria ser a pura repetição do que fizemos em 63, mas

isso não significa que hoje eu desistisse desse princípio. Continuo defendendo-o. A forma como possivelmente organizar a própria campanha é que necessariamente terá mudado. Teríamos que reinventar.

Folha — O senhor trabalhou com o governo João Goulart. Comenta-se que o senhor foi convidado pelo ex-secretário da Educação de São Paulo, Paulo de Tarso Santos, em 83, e pelo ex-ministro da Educação, Marco Maciel, em 85, para integrar suas equipes. Por que recusou os convites?

Freire — O ministro Maciel não me convidou para trabalhar, nem eu tampouco teria aceito. O meu amigo Paulo de Tarso também não me convidou para trabalhar e ele também sabia que não era para convidar. O ministro foi um jovem estudante da Universidade do Recife, quando eu era um moço professor. Nas lutas políticas dos estudantes eu era sempre convidado pelos estudantes. Algumas vezes o ministro comeu cuscuz no café da manhã na casa nossa, feito pela Elza. Era cedinho, às vezes, e a gente tinha que se encontrar para discutir uma greve. Em 79, quando eu visitei o Brasil com Elza e meus dois filhos, depois de quinze anos de ausência, o ministro, como governador, profundamente preso às estruturas do governo militar, não fez sequer um cumprimento indireto ao velho professor da universidade. Num aparente fim do regime militar, o ministro resolveu, ao mesmo tempo, fazer um ato político e aproveitou para me dizer que, em certo sentido, gostaria de sanar aquela mágoa interna dele mesmo de não me ter procurado quando retornei. Por outro lado, é preciso notar que mesmo os que não me aceitaram bem como pedagogo, não podem negar que eu existo como educador.

Quanto ao convite, acho que a Nova República não tinha porque convidar um educador político e partidário, um homem do PT, quando ela tem seus quadros de educadores competentes. Mas se tivessem pedido uma colaboração, eu negaria? De jeito nenhum. Tenho atendido a pedidos de várias prefeituras peemedebistas e foi com esse mesmo espírito que dei um mínimo de contribuição ao fiminho do Mobral. Também estive na abertura do Fórum de Debates, promovido na gestão Paulo de Tarso na Secretaria da Educação e falei.

Folha — O senhor acha que existe uma solução para o problema do analfabetismo no Brasil?

Freire — Nenhum educador pode dizer sozinho qual a solução que teria para o problema. Isso não é obra de uma pessoa. Durante um encontro internacional em Persépolis, no Irã, em 1975, realizado pela Unesco, para a avaliação de experiências com alfabetização de adultos, chegou-se à conclusão, e está no documento final, de que havia uma relação entre transformação social e política das sociedades e êxitos nas campanhas de alfabetização. Quatro anos depois, a Nicarágua confirmava mais uma vez o encontro de Persépolis. Fora de um contexto político como esse, em que é a própria transformação política que se faz pedagógica, somos obrigados a inventar diversos caminhos, métodos, acompanhar os interesses e as necessidades mais fortes em face da necessidade de escrever. É muito mais difícil.

De qualquer maneira, qualquer que seja o caminho a seguir, estou convencido que o trabalho de alfabetização de adultos deve por em permanente dinâmica de ação a leitura do mundo e a leitura da palavra. Me parece inviável separar essas duas leituras. A leitura do mundo está ligada com a compreensão crítica de como a sociedade funciona. É evidente que não se deve fazer só a leitura política, mas eu não posso pensar que só o fato de ler já é suficiente para que o alfabetizado se esclareça.

FPE-HOM-02,008